RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Serviços públicos, tributação e gasto do governo

33



CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Brasileiros rejeitam aumento de impostos

Sete em cada dez brasileiros acreditam que os impostos do país são muito altos para a qualidade dos serviços públicos e nove em cada dez concordam que considerando o valor dos impostos, a qualidade dos serviços públicos deveria ser melhor no Brasil.

Oito em cada dez brasileiros acreditam que o governo já arrecada muito e não precisa aumentar os impostos para melhorar os serviços públicos. Além disso, 70% concordam que a baixa qualidade dos serviços públicos é mais consequência da máutilização dos recursos do que da falta deles.

Os brasileiros consideram que os tributos no país são altos e vêm crescendo, e essa percepção tem se aprofundado com o tempo. O percentual que consi-

> dera os impostos no Brasil muito elevados passou de 44% em 2010 para 65% em 2016, e os que consideram que os impostos vem aumentando muito passaram de 43% em 2010 para 83% em 2016.

Ao serem apresentados à proposta de retorno da CPMF para arrecadar mais recursos para a previdência e para a saúde, 73% dos brasileiros posicionam-se contra a recriação da contribuição.

A maioria (70%) dos brasileiros considera que a CMPF é um tributo injusto, pois afeta as pessoas independentemente do seu nível de renda. São 61% os que reconhecem que a CPMF afeta a todos, e não só quem possui conta bancária, e 59% concordam que a recriação da contribuição geraria aumento nos preços dos produtos.

Quando confrontados com o déficit nas contas do governo, 80% dos brasileiros consideram que é necessário reduzir os gastos atuais, enquanto 15% afirmam que o governo deve manter os gastos.

Entre os que consideram que o governo deve manter os gastos, 42% recomendam a venda e a concessão de ativos à inciativa privada, 17% indicam a criação de novos impostos e 12% recomendam que o governo aumente sua dívida.

Já entre os que recomendam a redução de gastos, as áreas mais citadas para redução são custeio da máquina pública (32%) e salários de funcionários públicos (22%).

dos brasileiros acreditam que a baixa qualidade dos serviços a baixa qualidade dos serviços públicos é consequência da públicos é consequência da má-utilização dos recursos arrecadados por impostos.

†††††††††

9 em cada 10 brasileiros

concordam que considerando o valor dos impostos, a qualidade dos serviços públicos deveria ser melhor no Brasil.





QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Saúde e segurança são os serviços públicos com pior avaliação

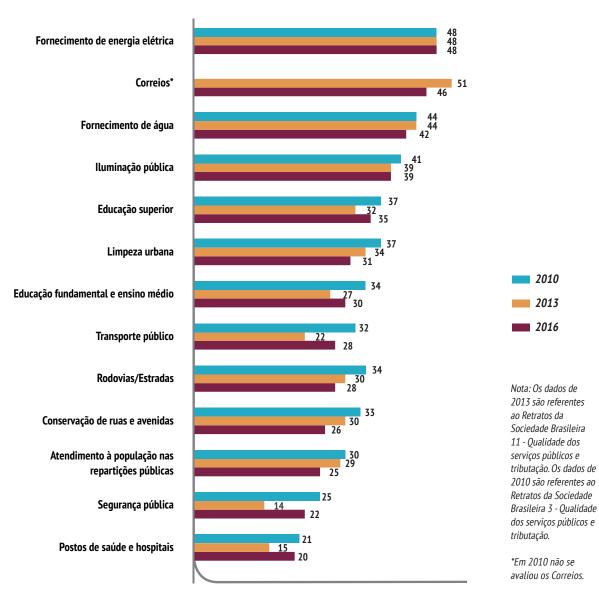
Saúde e segurança pública são os serviços públicos mais mal avaliados pelos brasileiros. Com base na avaliação da população, foi construído um índice de difusão que vai de zero a 100. Valores acima de 50 pontos indicam que a parcela da população que considera o serviço de alta ou muito alta qualidade é superior à parcela que considera o serviço de baixa ou muito baixa qualidade. Quanto maior o indicador, maior o percentual da população que avalia positivamente os serviços. Analogamente, valores abaixo de 50 pontos, indicam maior avaliação negativa do serviço.

Os serviços de saúde e segurança são os que apresentam índices mais baixos: os postos de saúde e hospitais apresentam 20 pontos e a segurança pública, 22 pontos.

Nenhum serviço público apresenta índice superior a 50, limite a partir do qual a avaliação da qualidade do serviço é considerada positiva. Os três serviços públicos melhor avaliados são fornecimento de energia elétrica (48), Correios (46) e fornecimento de água (42).

Avaliação da qualidade de serviços públicos

Índice de difusão de 0 a 100







Entre a pesquisa realizada em julho de 2013 e a pesquisa atual, realizada em março de 2016, os índices de seis dos treze serviços públicos analisados caíram. As maiores quedas se verificam na avaliação dos Correios (passa de 51 para 46), do atendimento à população nas repartições públicas (passa de 29 para 25) e na conservação de ruas e avenidas (passa e 30 para 26).

Cinco tipos de serviços públicos tiveram ganho de avaliação entre 2013 e 2016, sendo os maiores ganhos verificados em segurança pública (índice passa de 14 para 22), no transporte público (índice passa de 22 para 28) e em postos de saúde e hospitais (índice passa de 15 para 20).

Já em relação a 2010 se verifica queda na avaliação de todos os serviços, exceto fornecimento de energia elétrica, que manteve o mesmo índice nas três pesquisas, e os Correios, que não foram avaliados na pesquisa de 2010.

É interessante destacar que os serviços de postos de saúde e hospitais, segurança pública, transporte público, educação básica (fundamental e média) e educação superior apresentaram grande redução no índice entre 2010 e 2013, mas recuperaram parte dessa perda em 2016. Isso pode estar relacionado ao ambiente de crítica aos serviços públicos em 2013, principal mote das manifestações daquele ano.

Como foi calculado o índice de difusão para avaliar a qualidade dos serviços públicos

Na avaliação da qualidade dos serviços públicos, os entrevistados são solicitados a classificarem a qualidade de cada serviço público como muito baixa, baixa, adequada, alta ou muito alta. Tais respostas permitem avaliar a percepção da população com relação à qualidade de um serviço no momento da pesquisa, com base nos percentuais de respostas em cada uma das cinco classificações possíveis. No entanto, para comparações entre os diferentes serviços e/ou intertemporais, ou seja, entre pesquisas diferentes, a utilização de cinco percentuais de resposta por serviço aumenta a complexidade da avaliação. Ao compararmos, por exemplo, dois serviços teríamos que comparar os cinco tipos de percentuais para conhecermos o serviço melhor avaliado.

Como forma de simplificar a análise, pode-se utilizar índices de saldo (percentual de respostas alta ou muito alta menos o percentual de respostas baixa ou muito baixa) ou difusão. No caso de questões com cinco opções de resposta o índice de difusão se mostra mais adequado, pois leva em consideração a diferença entre muito alta e alta e a diferença entre muito baixa e baixa.

O indicador de difusão resume como as respostas estão distribuídas entre as cinco opções. Para o cálculo do indicador cada alternativa é associada aos pesos 0,0 (muito baixa); 0,25 (baixa); 0,50 (adequada); 0,75 (alta) e 1,0 (muito alta). O indicador é calculado como a média ponderada dos escores atribuídos a cada tipo de respostas, ponderados pelos percentuais de respostas de cada tipo, excluindo-se os percentuais de não resposta. Desse modo, o indicador de difusão varia de 0 a 100 e valores acima de 50 significam que, em média, o serviço é avaliado como de alta qualidade (ou seja o percentual da população que considera o serviço de alta ou muita alta qualidade é superior ao dos que consideram de baixa ou muito baixa qualidade). Quanto maior a pontuação do indicador, melhor a avaliação do serviço.

Valores abaixo de 50 pontos significam que o percentual da população que considera o serviço de baixa ou muito baixo qualidade é superior ao percentual dos que consideram o serviço de alta ou muito alta qualidade.





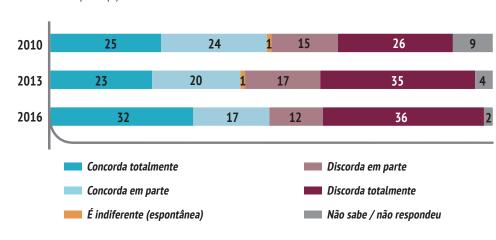
População se divide quanto à necessidade de se obter mais recursos para os serviços públicos

Quando questionados sobre a necessidade de mais recursos para a melhoria dos serviços públicos, a população se divide: 49% dos brasileiros concordam totalmente ou em parte que para melhorar a qualidade dos serviços públicos os governos precisam ter mais recursos e 48% discordam totalmente ou em parte da afirmação.

O percentual que discordava total ou parcialmente que para melhorar a qualidade dos serviços públicos o governo precisa ter mais recursos era 53% em 2013 e 41% em 2010, o que indica estabilidade na opinião da população.

Para melhorar a qualidade do serviço público os governos precisam ter mais recursos

Percentual de respostas (%)



Nota: Os dados de 2013 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 11 - Qualidade dos serviços públicos e tributação. Os dados de 2010 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 3 - Qualidade dos serviços públicos e tributação.

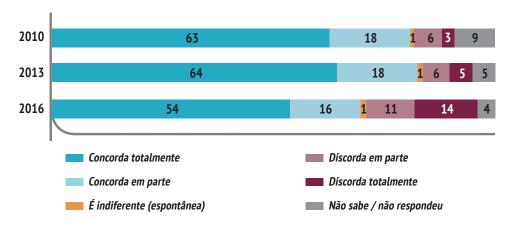
A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Brasileiros consideram que os recursos públicos são mal utilizados

Sete em cada dez brasileiros concordam total ou parcialmente que a baixa qualidade dos serviços públicos é resultado do mau uso dos recursos e não da falta deles. Apenas 25% discordam que o problema é a má gestão dos recursos públicos e não a sua escassez.

Baixa qualidade dos serviços públicos deve-se mais à má-utilização dos recursos públicos do que à falta deles.

Percentual de respostas (%)



Nota: Os dados de 2013 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 11 - qualidade dos serviços públicos e tributação. Os dados de 2010 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 03 - qualidade dos serviços públicos e tributação.





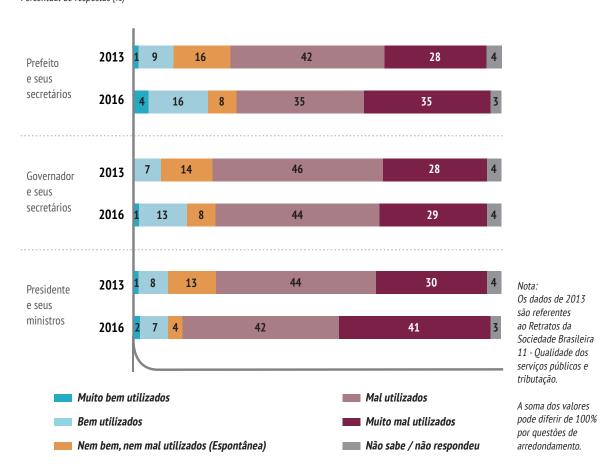
Em comparação com 2013, o nível de concordância total ou parcial com a afirmativa diminuiu de 82% para 70%. Os que discordam total ou parcialmente da alternativa passam de 11% para 25%. Em 2010 o percentual que concordava total ou parcialmente coma afirmativa era de 81%, próximo ao verificado em 2013.

A percepção de que os recursos públicos são mal utilizados se confirma na avaliação do uso desses recursos pelos governos: 83% consideram que os recursos públicos federais são mal utilizados ou muito mal utilizados pelo presidente da república e seus ministros. Esse percentual cai

para 73% quando os recursos analisados são os estaduais, sob responsabilidade dos governadores e secretários estaduais, e para 70% em relação aos recursos públicos sob a responsabilidade de prefeitos e secretários municipais.

Quanto menor a instância de governo, maior a percepção da população de que os recursos são bem utilizados: 20% acreditam que os recursos das prefeituras são bem ou muito bem utilizados, 14% que os recursos do governo do estado são bem utilizados e apenas 9% consideram o mesmo em relação ao Governo Federal.

Avaliação do uso de recursos públicos federais, estaduais e municipais Percentual de respostas (%)



Entre 2013 e 2016, verifica-se aumento no percentual que avalia que os recursos estaduais são bem ou muito bem utilizados, uma vez que passa de 7% para 14%.

Também se verifica crescimento na avaliação da utilização dos recursos municipais pelas prefeituras: aumento de 10% para 20% no

percentual que considera os recursos bem utilizados ou muito bem utilizados.

Não houve alteração na avaliação do uso dos recursos federais. O percentual que considera que os recursos são bem ou muito bem utilizados era 9% em 2013 e assim se manteve.



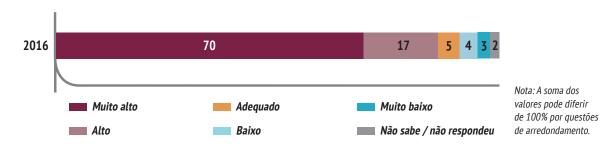


Impostos são altos para qualidade dos serviços públicos

A maioria dos brasileiros percebe que a qualidade dos serviços públicos não corresponde aos recursos que os governos arrecadam via tributos ou taxas, ou seja, acredita que a qualidade deveria ser mais elevada.

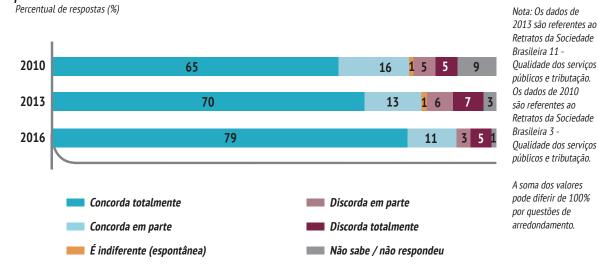
Praticamente nove em cada dez brasileiros (87%) consideram que os impostos são altos ou muito altos para a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Os que consideram os impostos muito altos para a qualidade dos serviços públicos somam 70%.

Nível dos impostos, dada a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população Percentual de respostas (%)



Nove em cada dez brasileiros concordam total ou parcialmente que considerando o valor dos impostos, a qualidade dos serviços públicos deveria ser melhor no Brasil. Apenas 8% discordam total ou parcialmente da afirmativa.

Considerando o valor dos impostos, a qualidade dos serviços públicos deveria ser melhor no Brasil



A concordância com a afirmativa vem crescendo no tempo: em 2013, o percentual que concordava total ou parcialmente com a alternativa era de 83%, e em 2010 era de 81%.

Cabe ressaltar que, quando confrontados com a necessidade de se aumentar tributos para se destinar mais recursos para os serviços públicos, a grande maioria da população é contrária à ideia. O que se percebe na análise do conjunto de perguntas é que, embora metade da população acredite que se deve destinar mais recursos para se aumentar a qualidade dos serviços públicos, a outra parte acredita que tais viriam da melhor gestão pública, da eliminação dos desvios relativos à corrupção e da realocação de verba entre as diferentes ações do governo.





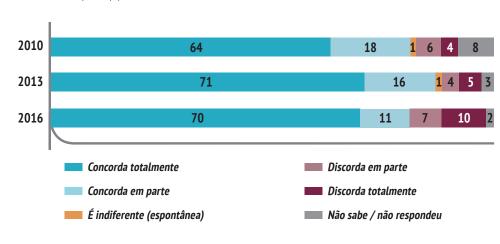
Brasileiros acreditam que é possível melhorar os serviços públicos sem precisar cobrar mais impostos

A necessidade de melhorar a gestão dos recursos existentes também é evidenciada na grande parcela da população que acredita que é possível melhorar os serviços sem precisar arrecadar mais impostos. Quatro em cada cinco brasileiros (81%) concorda que o governo já arrecada muito e não

precisa aumentar mais os impostos para melhorar os serviços públicos. Houve uma pequena redução na concordância com a afirmativa em relação a 2013. Nesse ano, o percentual que concordava total ou parcialmente com a afirmativa era de 87%.

O governo já arrecada muito e não precisa aumentar mais os impostos para methorar os serviços públicos

Percentual de respostas (%)



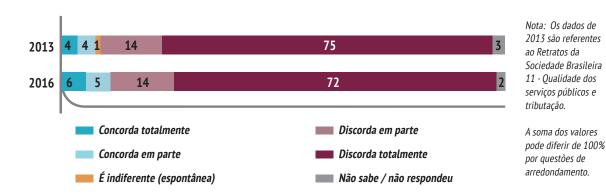
Nota: Os dados de 2013 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 11 - Qualidade dos serviços públicos e tributação. Os dados de 2010 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 3 - Qualidade dos serviços públicos e tributação.

A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

A contrariedade da população com relação ao aumento dos tributos também é percebida na discordância à afirmativa que "para melhorar os serviços públicos é preciso aumentar os impostos": 86% dos brasileiros discordam dessa afirma-

tiva. Em 2013, o percentual que discordava total ou parcialmente da afirmativa era de 89%, o que significa que o percentual se manteve dentro da margem de erro da pesquisa.

Para melhorar os serviços públicos é preciso aumentar os impostos Percentual de respostas (%)







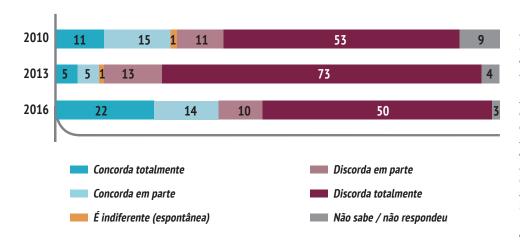
Seis em cada dez brasileiros discordam que os impostos devem ser elevados para se manter os serviços públicos

Quando questionados se concordam ou não que os impostos no país devem ser elevados para que os governos possam manter os serviços sociais, como saúde, educação e segurança pública, 60% dos brasileiros discordam totalmente ou em parte. Os que concordam total ou parcialmente com a afirmativa somam 36%.

Houve variação significativa no percentual que concorda total ou parcialmente que, para manter os serviços sociais, os impostos no país precisam ser elevados: caiu de 26% em 2010 para 10% em 2013 e se elevou para 36% em 2016. A redução no percentual de concordância verificada em 2013 pode estar relacionada com o momento de realização da pesquisa naquele ano, imediatamente após as manifestações.

Os impostos no país devem ser elevados para que os governos possam manter os serviços sociais, como saúde, educação e segurança pública

Percentual de respostas (%)



Nota: Os dados de 2013 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 11 - qualidade dos serviços públicos e tributação. Os dados de 2010 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 03 - qualidade dos serviços públicos e tributação.

A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.





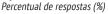
TRIBUTAÇÃO

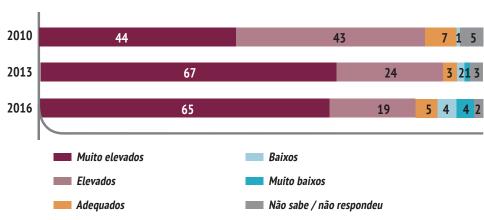
Brasileiros consideram impostos altos e percebem aumento nos últimos anos

Dois terços dos brasileiros consideram os impostos pagos no Brasil muito elevados, enquanto outros 19% consideram os impostos elevados. Apenas 5% acham que os impostos no país são adequados e somam 8% os que consideram os impostos baixos ou muito baixos.

O percentual que considerava os impostos no Brasil muito elevados passou de 44% em 2010 para 67% em 2013 e se manteve nesse nível, dentro da margem de erro, em 2016.

Opinião sobre o nível de impostos no Brasil





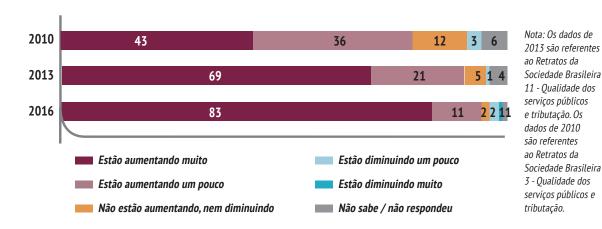
Nota: Os dados de 2013 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 11 -Qualidade dos serviços públicos e tributação. Os dados de 2010 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 3 -Qualidade dos serviços públicos e tributação.

A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Além da ampla maioria da população considerar os impostos no país elevados ou muito elevados, quase a totalidade dos brasileiros (94%) considera que os impostos no Brasil vêm aumentando nos últimos anos.

O percentual que afirma que os impostos no Brasil vêm aumentando muito cresceu no decorrer do tempo: passa de 43% em 2010 para 69% em 2013 e chega a 83% em 2016.

Opinião sobre a dinâmica dos impostos no Brasil nos últimos anos Percentual de respostas (%)







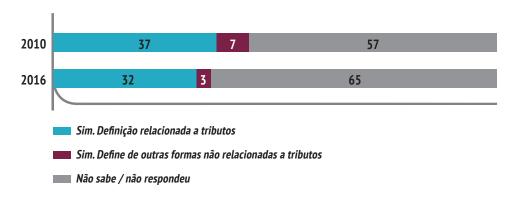
Apenas um em cada três brasileiros sabe o que é a CPMF

Quando questionados sobre se sabem o que é a CPMF, apenas 32% dos brasileiros disseram que sim e a definiram como um tributo. Isso mostra

o grande desconhecimento da população sobre o tema, que tem ganhado destaque nas discussões sobre como corrigir o déficit fiscal.

Conhecimento sobre a CPMF

Percentual de respostas (%)



Nota: Os dados de 2010 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 3 - Qualidade dos serviços públicos e tributação.

A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Nota: Os dados de

2010 são referentes ao Retratos da

Sociedade Brasileira 3 - Qualidade dos serviços públicos e tributação.

A soma dos valores

arredondamento.

pode diferir de 100% por auestões de

Em 2010 também se discutiu a volta da CPMF para aumentar a arrecadação tributária destinada à saúde. Nesse momento, o conhecimento sobre o tributo era um pouco maior que o conhecimento atual.

Sete em cada dez brasileiros são contra a CPMF

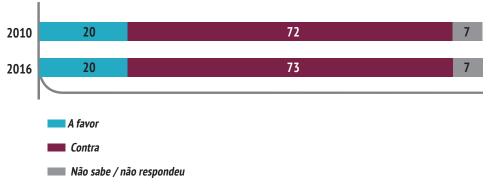
Após a pergunta sobre o que é a CPMF, foi apresentada a seguinte explicação:

A CPMF, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, era um tributo cobrado sobre as operações bancárias, como retirada de dinheiro, pagamentos e transferências entre contas bancárias. Também conhecida como "imposto do cheque", a CPMF foi extinta em 2008.

Os entrevistados foram, então, apresentados à proposta de recriação da CPMF para arrecadar dinheiro para a previdência social e a saúde pública e, após essa explicação, perguntados se são a favor ou contra a recriação do tributo. Depois disso, 73% se declararam contrários ao seu retorno. O percentual que rejeitava o retorno do tributo em 2010 era praticamente o mesmo.

Apoio da população ao retorno da CPMF

Percentual de respostas (%)







Maioria considera a CPMF um imposto injusto

Entre os brasileiros, 66% concordam totalmente ou em parte que a CPMF é um imposto injusto, pois afeta as pessoas independentemente do seu nível de renda. Em 2010, esse percentual era de 75%. No entanto, verifica-se que o percentual de pessoas que não souberam ou não quiseram responder a pergunta se reduziu mais de oito pontos percentuais entre 2010 e 2016 para todas as perguntas. Dessa forma, para comparar o dado entre os dois períodos, é necessário recalcular os percentuais, desconsiderando as não respostas. Nesse caso, os percentuais de concordância passam a ser 86% em 2010 e 70% em 2016.

Considerando apenas as pessoas que responderam à pergunta, 61% discordam totalmente ou em parte que a CPMF afeta apenas quem tem conta bancária. Em 2010, o percentual que discordava da

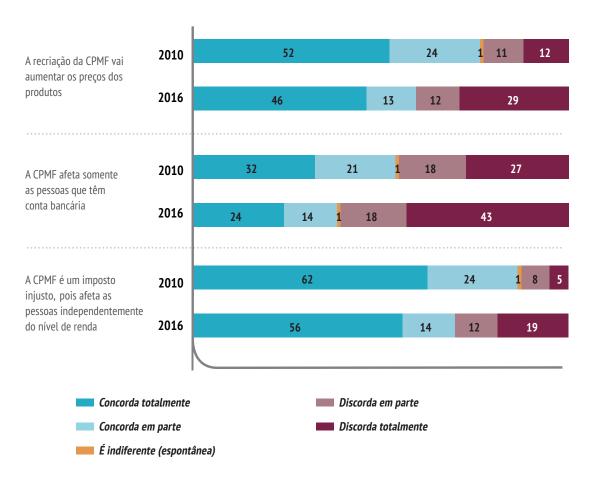
afirmação era de 45%. Novamente considerando apenas os entrevistados que responderam a pergunta, 59% concordam que o retorna da CPMF aumentaria o preço dos produtos. Em 2010, o percentual era de 76%.

Esses resultados indicam que a maioria dos brasileiros entende que a CPMF, apesar de incidir sobre movimentações financeiras, impacta todos os brasileiros por ser embutida no preço dos produtos, consumidos por toda a população, inclusive os mais pobres.

Apesar disso, verifica-se que o percentual de concordância com as afirmações se reduz de 2010 para 2016, o que pode ser influência do discurso do governo sobre o tributo ou apenas da maior passagem de tempo desde a sua extinção.

Nível de concordância em relação a afirmações sobre a CPMF

Percentual de respostas entre os que responderam a pergunta (%)



Nota: Os dados de 2010 são referentes ao Retratos da Sociedade Brasileira 3 - Qualidade dos serviços públicos e tributação. A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

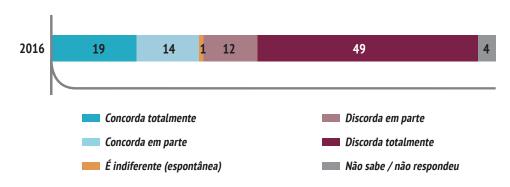




Seis em cada dez discordam que a CPMF vai melhorar a vida dos brasileiros

Entre os brasileiros, 61% discordam totalmente ou em parte que a recriação da CPMF iria melhorar a vida dos brasileiros, pois o governo teria mais verba para investir em saúde e em previdência. Apenas 33% concordam totalmente ou em parte com a afirmativa.

A recriação da CPMF vai melhorar a vida dos brasileiros como um todo, pois o governo terá mais verba para investir na Previdência Social e na Saúde Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

GASTOS PÚBLICOS

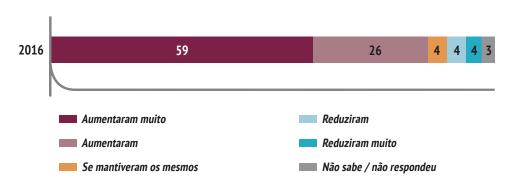
População considera que os gastos públicos subiram muito

A percepção da população em relação aos gastos públicos também é de aumento: 85% consideram que os gastos públicos aumentaram muito ou aumentaram nos últimos anos.

Cabe ressaltar que, proporção maior da população (94%) percebe aumento dos tributos que dos gas-

tos (85%). A percepção que o crescimento dos gastos públicos não acompanha o crescimento dos tributos é ainda mais evidente quando se compara as repostas "aumentaram muito": enquanto 83% consideram que os impostos aumentaram muito, esse percentual se reduz a 59% em relação aos gastos públicos.

Opinião sobre a dinâmica dos gastos do governo no Brasil nos últimos anos Percentual de respostas (%)





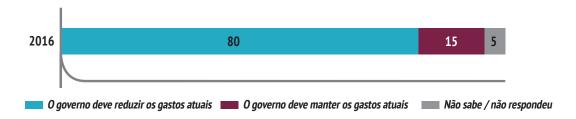


População acredita que o governo deve reduzir os gastos públicos atuais

Quando informados sobre os deficit orçamentários verificados em 2014 e em 2015, 80% dos brasileiros consideram que o governo deve reduzir os gastos atuais. Os que defendem que o governo mantenha o nível de gastos mesmo diante dos deficit são 15%.

O que o governo deve fazer com os gastos públicos, considerando os deficit de 2014 e 2015

Percentual de respostas (%)



Privatizações e concessões são mais citadas como alternativa para equilibrar as contas públicas

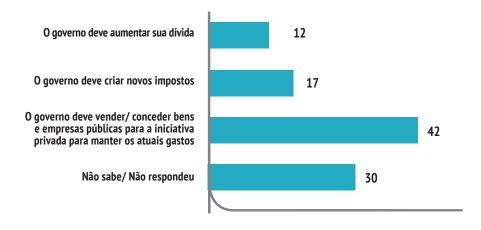
Para os brasileiros que afirmam que o governo deve manter os gastos atuais, foram apresentadas três opções para estabilizar as contas públicas: aumento da dívida pública, criação de novos impostos e venda concessão de bens e empresas públicas para a iniciativa privada.

Diante dessas opções, 12% optaram pelo aumento da dívida pública, 17% pela criação de impostos e 42% pela venda e concessão de bens e empresas públicas. Os que não souberam ou não quiseram responder a perqunta são 30%.

É importante destacar que apesar de essas medidas mitigarem o problema enfrentado nas contas públicas brasileiras, elas não o resolvem no longo prazo, pois os gastos públicos no Brasil vêm crescendo a uma taxa superior ao crescimento da economia nos últimos 20 anos.

Melhor alternativa para manter os atuais gastos públicos, diante da falta de recursos

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.





Brasileiros priorizam custeio da máquina pública e salários de funcionários públicos para cortes

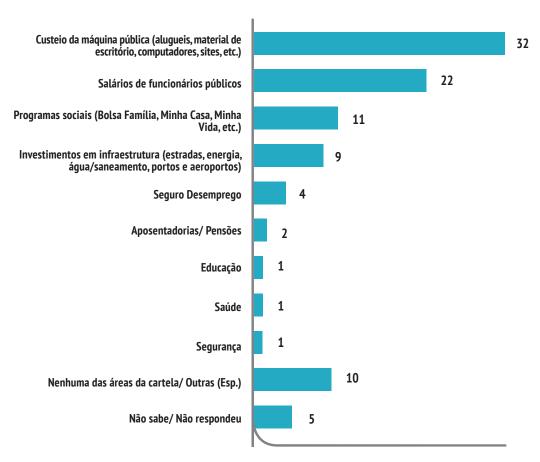
Para os entrevistados que responderam que é necessário reduzir os gastos públicos, foram apresentadas nove tipos de despesas para que escolhessem aquela que deveria ser reduzida. As opções mais selecionadas foram custeio da máquina pública (32%) e salários de funcionários públicos (22%). As áreas com menor número de

menções foram educação, saúde e segurança, com 1% de citações cada.

Um em cada dez entrevistados disse que os cortes deveriam ser realizados em áreas não apresentadas na pergunta e outros 5% não souberam ou não quiseram responder.

Melhor alternativa para corte de gastos públicos

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.



Veja mais

Mais informações, outros temas e metodologia da pesquisa em: www.cni.org.br/rsb



Especificações técnicas

Pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência. Número de entrevistas: 2.002 em 143 municípios. Período de coleta: 17 a 20 de março de 2016.